

O SECULO

Director: JOÃO GASPAS SIMÕES — Director-adjunto: MANUEL MAGRO

Fim à demagogia no trabalho!

Para além de outras coisas, no plano das ideias e no plano da moral, o socialismo é, na ordem económica, um imperativo categórico de justiça e de equidade. Tendencialmente, no mundo do trabalho, é o pleno emprego. O direito ao trabalho recorta-se numa perspectiva social mais vasta que é a do dever do trabalho. O privilégio da ociosidade é uma deformação mental, uma violação de consciência, um escândalo. A fraude praticada com mira no parasitarismo é crime contra toda uma ética, uma deontologia, um código de honra social.

Todos os que se reclamam do socialismo sabem isto, ou deviam sabê-lo, como enunciado primeiro das vastas regras que conformam a atitude mental que no socialismo se contém.

Quer isto dizer que, se o indivíduo tem o dever de trabalhar, os responsáveis supremos pela ordenação da vida em sociedade têm o supremo dever de organizar e compatibilizar os interesses colectivos, de modo que nenhum homem seja privado de trabalho.

O Governo, largamente avalizado pela Nação, sabe isto. E, porque o sabe, tenta construir para os portugueses uma ordenação de vida em que ninguém fique inactivo. Esta meta final não é para amanhã. Mas adiar as coisas, as obrigações pesadas, as soluções imperiosas, não ajuda a tornar mais próximo um amanhã de justiça. Bem ao contrário, esse amanhã ficará cada vez mais longe.

Por isso nos merece aplauso a coragem do Governo, agora evidenciada, ao regular, com realismo, a complexa questão dos despedimentos. As leis que há meses conformavam esta matéria eram absurdas e desastrosas. Os menos avisados julgariam que essas leis tinham em vista proteger o trabalhador. Na verdade, tinham apenas em vista uma coisa: tornar inviável uma sociedade justa e livre. O totalitarismo era o seu objectivo final. Pelo meio, permitia-se a exploração dos competentes pelos incompetentes, dos disciplinados pelos anárquicos, dos responsáveis pelos irresponsáveis, dos que trabalhavam pelos que mandriavam.

Nenhuma iniciativa podia florescer neste País, quando os empresários ficavam amarrados por leis que lhes não permitiam pôr à porta da rua quem deliberadamente arruinava as empresas. A sombra de tão brilhante legislação, o absentismo atingiu a raia do escândalo. Multiplicaram-se os exploradores do trabalho alheio, os exploradores daqueles poucos que, serena e honestamente, teimavam em cumprir as suas obrigações. O dramático é que quando as empresas fecham todos ficam sem pão: os desonestos e os honestos. A fome é cega e ainda não aprendeu pelo cheiro a distinguir uns dos outros. Embora alguns cheirem bastante mal.

Regulamentar os despedimentos com realismo e coragem foi, pois, um passo audacioso no sentido de clarificar a situação económica. Assim não falte autoridade para executar as decisões. Decisões que se não querem, é bem de ver, nem precipitadas, nem injustas. E o Governo previu e preveniu a precipitação e a injustiça. Quem cair sob a alçada da lei tem todos os recursos de defesa, todas as garantias de que não será vítima seja de quem for, a não ser de si próprio.

Para olhos que não querem ver e ouvidos que não querem ouvir nenhuma razão é boa. Certo Imprensa, dita progressista, já atacou o Governo, dizendo que se está a facilitar os despedimentos. Conhecemos os argumentos. A defesa das chamadas «massas trabalhadoras» só eles a podem fazer. À sua maneira, está claro — isto é —, sem que os trabalhadores possam abrir bico em sua própria defesa.

Não iludem já — valha-nos isso! — a grande maioria dos portugueses, quer dizer, dos trabalhadores portugueses. Estes sabem que o naufrágio estará próximo se não puderem multiplicar-se as empresas, os investimentos, as poupanças, a produtividade, a produção. E era tudo isto que as leis agora revogadas não permitiam, porque, com a aparência de salvar os trabalhadores, cavavam a ruína dos trabalhadores, da democracia, da Nação. Salvar o trigo mandando queimar a seara é um sofisma já muito conhecido.

MANUEL MAGRO

VERDADE DE ARGEL HOJE A PÚBLICO

• A morte de Delgado (e as culpas dos políticos) esclarecida em livro?

Que se passou em Argel? Quem, e porquê, matou Humberto Delgado? A pergunta baila, há muito tempo, em todas as bocas, e as respostas tardam. Não faltam por aí os homens que, refugiados por razões políticas na Argélia, puderam contar o que realmente aconteceu: de Piteira Santos a Emídio Guerreiro e Palma Inácio. Nenhum o fez até hoje, normalmente adiando as possíveis declarações por «inconve-

niências políticas de momento», para «não ferir personalidades que ocupam altas posições», etc. Para os iniciados, a questão de Argel quase se transformou nas «tricas de Argel». Saber-se quem levou Delgado até à boca das pistolas da PIDE, quem se aviou com os dinheiros do proveitoso assalto ao banco da Figueira da Foz, por que processos se reduziu o general à condição de «desesperado» pronto

à loucura do encontro de Badajoz, de tudo isto — e muito mais —, quem está disposto a falar?

Após a sua «birra» com o PPD, o prof. Emídio Guerreiro anunciou que se retirava para Paris, a fim de escrever a verdade sobre Argel. Com todas as acusações. Se o chegou a fazer, se o está a fazer, Emídio Guerreiro chega tarde.

Tarde, porque, hoje mesmo, começará a ser posto à venda nos escaparates

das livrarias portuguesas um documento dramático sobre o assunto, sob a designação de que «O General Delgado acusa».

O autor é Henrique Cerqueira, ex-destacado elemento do PCP, hoje desligado da organização e residente em Bissau, onde casou com a viúva do «leader» guinéu Amílcar Cabral, Maria Viihena Cabral, por sua vez irmã de um

Continuação na 5.ª página)



Foto Novo Ribera

Czernetz: contactos a alto nível

• presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, Karl Czernetz, prosseguiu, ontem, os contactos a alto nível que vem estabelecendo entre nós, com vista à participação portuguesa naquela organização — da qual passámos a ser, no mês passado, o 19.º membro. Ontem, avistou-se, em Belém, com o Presidente da República (na foto), Adão Almeida, foi também recebido pelo ministro da Justiça, dr. Almeida Santos, com quem tratou as perspectivas de cooperação, no sector da Justiça, entre o Conselho da Europa e o Governo Português, nomeadamente quanto às actividades a desenvolver durante o próximo ano. Hoje e amanhã, Czernetz desloca-se ao Porto

CAP propõe uma nova via para a Lei da Reforma Agrária

Em conferência de Imprensa, a CAP retomou ontem as suas críticas à actuação governamental em relação aos problemas agrícolas. Com algo de autêntica novidade, pois a Confederação dos Agricul-

tadores de Portugal apresentou, desta vez, um projecto de opção em relação ao que chama apenas de Lei de Expropriações, vulgarmente denominada como Lei da Reforma Agrária. Considerando esta lei

como evitada de erros e desvios, a proposta — foi afirmado — «pretende a instauração de uma situação socialmente mais justa e economicamente mais eficaz», além de, simultaneamente, pretender «pre-

servar a capacidade e eficiência da iniciativa privada».

Assim, em oito bases, num documento que foi distribuído aos órgãos de comunicação, a CAP começa por definir que os estudos conducentes à reestruturação fundiária «devem basear-se somente na potencialidade dos solos, tendo por base a sua classificação e outros padrões ambientais»; por outro



O cardeal Wyszyński no Vaticano

CIDADE DO VATICANO, 21 — O cardeal Stefan Wyszyński, arcebispo de Varsóvia, chegou, hoje, a Roma, em visita de duas semanas, acompanhando o mons. Bronislaw Dabrowski, secretário da Conferência Episcopal Polaca.

Mons. Wyszyński recusou-se a fazer declarações quanto à sua permanência à frente da diocese de Varsóvia. Recordou-se que o cardeal ofereceu a sua renúncia dessas funções a Paulo VI, em 3 de Agosto, ao completar 75 anos.

Durante a sua visita, mons. Wyszyński será recebido pelo Soberano Pontífice, mas, ignora-se ainda a data da audiência. — (FP)

O regresso de Ulisses

Pressuroso, os elementos da Anáfandega e da Guarda Fiscal informaram-nos do mais inesperado dos acontecimentos: Ulisses regressara a Lisboa. Sim, precisamente, o Ulisses de Ítaca que se passara «ubi Troia fluita» e aqui aportara há uns milénios para fundar esta cidade a que emprestou o nome. Ulisses, o marido nem sempre fiel da fidelíssima Penélope, pai nem sempre muito atento do fogoso Telemaco — ele próprio teria desembarcado si no correioiro Cais das Colunas.

Travou amizade com os corvos vicentinos, quis saber como ia a polis a que deva a vida. Via, informou-se, questionou, insurgiu-se e aplaudiu. E, como Cronos fixara já tão longos passeios pelos céus, antenou o melhor pôr de parte as suas aventuras bélicas e náuticas e virar «cronograma» do dia-a-dia de Lisboa. Arguto, experimentado, com o espleeno próprio de quem contactou pessoalmente Bóreas ou as serenas, de quem pôs pé em tudo que é terra conhecida, de quem viu Mínos numa tourada de Creta e Picasso numa corrida de touros em Arles, de quem se foi despedir de Lenin à estação de Zurique no dia em que partiu para tomar o Poder, de quem viu nascer Nova York, quando ainda se chamava Nova Amsterdão, de quem aconselhou Vasco da Gama nas dificuldades da rota do Cabo, atencioso, severo, irónico, invitado, Ulisses decidiu escrever para os jornais.

Mandou-nos uma crónica que nos aressamos a publicar (na pág. 3). Outras se seguirão. Desta feita, Ulisses pregou Homero, mas não para contar os próprios feitos e as intrigas dos deuses. Para contar Lisboa, a do nosso tempo, com os seus altos e baixos que não são apenas os das Sete Colinas.

Por hoje, apenas o prefácio, mas já com uma promessa: «Não esconderei nada, não perderei nada». Ulisses, parente próximo de Eça ou da Ramalhal figura, quem o diria? Pois é um facto. Os corvos do Sacro Promontório que o digam, que eles são seus secretários, dactilógrafos e conselheiros em coisas mais modernas do que a patriarcal vida de Ítaca.



Cidadãos de países de Língua Portuguesa na função pública

Os cidadãos de países de língua portuguesa podem exercer funções pu-

blicas, com os mesmos direitos e deveres reservados aos portugueses, salvo o acesso à titularidade dos órgãos de soberania e das regiões autónomas, o serviço nas Forças Armadas e a carreira diplomática. Este privilégio, no entanto, é conferido mediante convenção internacional e em condições de reciprocidade.

Segundo o parecer da Procuradoria-Geral da República, inserido no «Diário da República», não há fundamento para alterar a doutrina do parecer anterior sobre o preceituado na Constituição Política de 1933 e confirmado na de Abril de 1975. Essa

(Continuação na 5.ª pág.)

A momentosa questão dos horários de trabalho e o deserto dos «fins-de-semana» — importante tema tratado no artigo «Tempo de trabalho e tempo de progresso» (NA PAG. 7)

Etnologia é reportagem

Leia na pág. 6 a história de um «novo» museu

24 milhões de dólares para as nossas estradas

WASHINGTON, 21. — O Banco Mundial anunciou hoje a concessão de um empréstimo a Portugal no valor de 24 milhões de dó-

Continuação na 5.ª página)

América: o inédito de ganhar todos os Nobel

• Saul Bellow, Prémio de Literatura

ESTOCOLMO, 21. — Com a atribuição do Prémio Nobel de Literatura ao romancista americano Saul Bellow, cronista dos «anti-heróis» e analista subtil da cultura contemporânea, os Estados Unidos arrecadaram todos os Nobel concedidos este ano.

Foi a primeira vez, nos 76 anos desde a sua instituição, que um só país monopolizou os galardões

— declarou a Fundação Nobel.

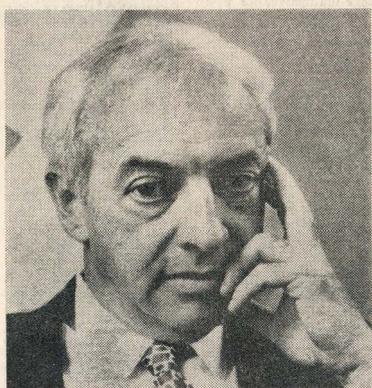
O Prémio da Paz não foi atribuído, mas em Física, Química, Medicina e Economia, todos os laureados de 1976 são americanos.

Bellow é o primeiro americano a conquistar o prémio de Literatura desde John Steinbeck em 1962, juntando-se aos seus compatriotas Ernest Hemingway (premiado em 1954), William Faulkner (1949),

Pearl Buck (1938), Eugene O'Neill (1936), e Sinclair Lewis (1930).

A Academia Sueca anunciou que Bellow foi contemplado com o prémio de 684 000 coroas pela compreensão humana e análise subtil da cultura contemporânea que se conjugam na sua obra.

Em Chicago, onde reside com sua quarta mulher, Alexandra, Bellow manifes-



Saul Bellow

Continuação na 5.ª página)

